

Ainda no âmbito desta organização, o assessor médico da Fundação participou em várias formações online, incluindo: em fevereiro, sobre a campanha de Insuficiência Cardíaca; em março, na sessão “How to measure social media campaigns”; em setembro, na sessão “Patient’s Guide to Shared Decision Making for Heart Valve Disease” e na “Framing & Messaging for Advocacy”; e, em dezembro, participou na 1ª sessão sobre “Fundraising Training Series”.

7. Relatório de Gestão

7.1. Enquadramento Económico

O ano de 2024 foi um ano bastante positivo para a economia portuguesa, mas infelizmente não poderemos dizer o mesmo para os resultados da Fundação, pois malgrado todos os esforços desenvolvidos para angariar fundos que permitam, pelo menos, ter as contas equilibradas tal não conseguiu. Lembramos que a nossa Fundação tem de desenvolver ações próprias para obter recursos que contrabalançam as suas despesas. Temos aliás de repensar como poderemos ultrapassar a dificuldade em aumentar a nossa angariação de fundos, pois desde a crise de 2008 que esta questão se tem colocado de forma constante. Não fora a venda de património imobiliário ocorrida anos atrás, e certamente que a Fundação teria muita dificuldade de estar ainda a desenvolver a sua meritória atividade. No tocante aos custos resultantes da nossa atividade, poderemos afirmar que eles tem sido objeto de um controle muito apertado, exceção feita ao valor do arrendamento pago pelas instalações da Sede. Este custo, que é muito significativo nas nossas despesas, tem merecido a nossa atenção no sentido de o reduzir consideravelmente, mas todos sabemos como está mercado imobiliário. Esperávamos, contudo, que as promessas feitas pela Camara Municipal de Lisboa, de nos alojar em instalações propriedade do Município a um custo reduzido, se tivessem concretizado em 2024, como esteve prometido, mas já na parte final do processo fomos surpreendidos com suspensão do mesmo, e desse modo continuamos, ainda hoje a aguardar essa aprovação final.

O resultado final apurado em 2024 foi por isso negativo em € 141.354.94, que quando comparado com o ano anterior mostra um agravamento de 92%, sendo possivelmente um dos piores resultados dos últimos anos.

7.2 Análise Patrimonial

Detalhando o que se afirmou anteriormente, verifica-se que os Capitais Próprios somavam em 31 de Dezembro passado € 915.325.60 o que representa uma preocupante redução de 13 % face ao ano anterior. O Ativo da Fundação totalizava o valor de € 1.014.349,74 sendo que Ativo Não corrente valia € 91.407,35, basicamente constituído pela fração imobiliária da Delegação Norte, enquanto que o Ativo Corrente ascendia a € 922.942,39, maioritariamente composto por Disponibilidades Financeiras que ascendiam a € 871.884,10 no entanto teremos de considerar que € 40 mil euros relativos às Obrigações Consolidadas do

BANIF dificilmente serão realizáveis. Contudo, essa previsível perda já se encontra provisionada. Por último referir que o valor incluído no Ativo Corrente referente a donativos prometidos e não liquidados até 31 de dezembro bem como o valor de Clientes não ultrapassa, este ano, o valor de 10 mil e quinhentos euros.

O Passivo da Fundação totalizava o valor de € 99.024,14. Deste valor € 3.523,69 refere-se a dividas correntes de Fornecedores, enquanto que os Pagamentos ao Estado e Segurança Social ascendiam a € 27.050,62. Do valor restante do Passivo € 68.449.83, salienta-se que nele está incluído a Provisão para o não reembolso das Obrigações do Banif referido anteriormente, e também os encargos com Pessoal que eram devidos a 31 de Dezembro, mas que só serão liquidados no ano seguinte (férias e subsídios de férias), num total de € 19.561,33.

Concluindo, podemos afirmar que a situação financeira da Fundação é positiva, mas os contínuos resultados negativos estão a erodir a seu valor.

7.3. Proveitos e Ganhos

O total dos Proveitos obtidos ascenderam a € 238.471,95 dos quais € 225.43,07 se refere ao valor dos Subsídios à Exploração, que foram 12% menores que 2023, sendo o valor restante de € 13.128.88 resultante de juros obtidos de aplicações financeiras que beneficiaram da relativa “alta taxa” dos depósitos a prazo que, contudo, tem vindo a diminuir de maneira significativa.

Uma comparação dos valores arrecadados com os do ano anterior, temos que os Peditórios somaram € 21.416.50, valor praticamente idêntico ao ano anterior. A receita proveniente dos donativos do IRS somou € 10.933,58 valor bem mais reduzido do que em anos anteriores muito devido a um número cada vez maior de entidades que apelam a esta consignação de IRS através de campanhas muito agressivas. Os Projetos Comparticipados somaram € 39.963.00 um valor 2% inferior a 2023. As quotizações referentes à Liga dos Amigos são quase inexpressivas pois somaram € 519.83 valor que compara negativamente com os € 1.524,79 do ano anterior. Os Donativos em Espécie somaram € 19.892.86 e referem-se na sua quase totalidade ao apoio dado ao Maio Mês do Coração, O restante valor, no montante de € 132.617,30 foi resultante de donativos para campanhas de sensibilização das doenças cardiovasculares realizadas fundamentalmente em empresas. Este valor em conjunto com o dos projetos comparticipados é inferior em 21% quando comparado com o ano anterior.

7.4. Custos e Perdas

No que se refere aos Custos e Perdas, o valor total ascendeu a € 379.826,89, valor este que representa um acréscimo de 15% quando comparado com ano anterior.

Numa análise detalhada destes custos temos a referir as seguintes explicações:

- a) Gastos com Pessoal somaram € 147.636,15, valor superior em 2% quando comparado com o ano anterior. Com as limitações atuais da Fundação não temos podido atualizar as remunerações dos nossos colaboradores como desejaríamos, o que pode levar a dificuldades futuras na gestão de pessoal.
- b) Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos o total foi de € 206.396,28 o que representou um aumento de 27% face ao ano anterior. Embora os nossos custos fixos não tenham sofrido alteração significativa, este aumento reflete o custo das ações de divulgação de saúde cardiovascular. Detalhamos em seguida os custos desta rubrica comparando-os com o ano anterior.:
- i. Despesas com Trabalhos Especializados € 15.128,52 (€ +1.468,12 que 2023) – Refere-se principalmente aos custos dos gabinetes de contabilidade
 - ii. Honorários € 30.562,50 (€ -791,50) – Esta rubrica incluiu além dos gastos com os colaboradores fixos, bem como as despesas com honorários de enfermeiras e nutricionistas de apoio às ações de rastreio.
 - iii. Despesas com Eventos e Ações de Sensibilização € 66.846,06 (€ +40.592,97)) – Este significativo aumento tem a ver com o “Projeto Morte Súbita” €27.099,36, e com “Maio Mês do Coração” € 20.514,12, mas também incluiu as “Caminhadas de Cantanhede” € 2.733,00; “Simpósio Cardio Prevente” € 1.274,64; “Reunião Científica da Sede” € 1.059,90; “Da Boca ao Coração” €573,80; “Dia Mundial do Coração” € 596,81; e os “Dias do Coração na Empresa” e seus Rastreios € 8.165,60.
 - iv. Rendas e Alugueres somaram € 49.633,16 (€ +2.779,34) – Nesta rubrica o arrendamento da Sede, (€ 40.800?) tem larga preponderância, mas incluiu igualmente o arrendamento do armazém da Sede e o aluguer de equipamento de reprodução, e o condomínio da Delegação Norte Estes gastos estão a merecer particular atenção da Comissão Executiva.
 - v. Despesas de comunicação € 18.879,52 (€ +132,33) – Nestas despesas estão incluídos os custos com a empresa de comunicação, além das óbvias despesas com a comunicação móvel, internet e gastos de correio.
 - vi. Seguros € 1.378,83, (€ -276,70) - valor em linha com os encargos de seguro habitualmente suportados pela Fundação.
 - vii. Material de Escritório € 1.722,96 (€ -8.186,27) – Esta diferença significativa está relacionada com a inclusão em 2023 do valor de material informático que foi ofertado.
 - viii. Publicidade e Propaganda € 6.768,79 (€ -896,16) valor inferior ao ano transato.
 - ix. Restantes despesas € 15.476,04 (€ +2.239,56) – Estas despesas refletem gastos normais de operação e entre elas devemos salientar custos com a Eletricidade € 3.304,46; Gastos com Limpeza Higiene e Conforto € 3.993,07; Combustíveis € 1.144,13; Deslocações e

Estadas € 1.653,05; Água € 694,12; Despesas Bancárias € 461,20; gastos com Vigilância e Segurança € 874,67; Conservação e Reparações € 1.559,36; Contencioso e Notários € 1.173,40.

- c) Os Gastos com Amortizações e Depreciações somaram € 3054.17, valor idêntico ao ano passado.
- d) Outros Gastos e Perdas somaram € 22.737,79, (mais 13% que 2023). A composição destes gastos são principalmente o programa de Bolsas gerido pela Delegação Norte no valor de € 16.272,00, e as quotizações para o European Heart Network e Centro Português de Fundações que somaram € 5.742,00.

7.5. Resultados por Sede e Delegações

. Numa análise detalhada dos resultados das Delegações e Sede há a salientar o seguinte:

- a) **A Delegação Norte** angariou fundos no montante de € 83.365,47, valor mais baixo em 15% quando comparado com o ano anterior. Os Custos somaram € 104.359,21, isto é, mais € 19.942,59, que o ano anterior principalmente devido aos custos associados ao Projeto Salva Vidas que teve no ano anterior as suas receitas. De salientar que foi recuperado IVA no montante de € 3.438,50. Dados estes valores o resultado final foi negativo em € 20.295,00 que compara negativamente com o resultado de 2023 que foi positivo em € 10.191,21.
- b) **A Delegação Centro** angariou fundos no montante de € 22.437,73 valor inferior em 8% quando comparado com o ano anterior. Os custos anuais mantiveram-se quase iguais ao ano anterior, e somaram € 34.183,00, isto é +4%. Por isso o resultado final saldou-se por um deficit de € 11.959,81, que quando comparado com o ano anterior mostra um agravamento de 41%.
- c) **A Delegação da Madeira**, que vem beneficiando de instalações cedidas gratuitamente pela autarquia do Funchal realizou diversas ações na comunidade, sem, contudo, gerar quaisquer movimentos de receitas e despesas
- d) A observação anterior é igualmente extensiva à **Delegação do Algarve**.
- e) **A Sede** angariou Proveitos no montante de € 119.539.37 valor que compara negativamente em € 14.047,66 com o registado no ano anterior No entanto, obteve-se € 9.660,66 de juros de depósitos quando no ano anterior esse valor foi de € 3.68. No que respeita aos Gastos, eles ascenderam a € 238.300,66 valor superior em € 29.270,45 quando comparado com o ano anterior. Deste modo o resultado foi negativo em € 109.100,63, o que representa um agravamento de € 33.657,45, face ao ano anterior. É um deficit muito elevado e que reflete a dificuldade de obtenção de receitas e por isso merece a toda a nossa preocupação

7.6. Proposta de Aplicação de Resultados

Em relação á aplicação de resultados propomos, de acordo com os nossos estatutos, que o resultado negativo do exercício no montante de € 141.354,94 seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Do presente relatório fazem parte integrante os seguintes documentos:

- a) Demonstrações Financeiras, incluindo Balanço e Demonstração de Resultados
- b) Relatório do Contabilista Certificado

8. Notas Finais

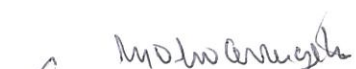
a) A Fundação Portuguesa de Cardiologia, como membro do Centro Português de Fundações, subscreveu a Convenção dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), evento realizado em julho, na Fundação Oriente.

b) A Fundação Portuguesa de Cardiologia gostaria de expressar o seu agradecimento e reconhecimento pela dedicação e solidariedade demonstradas por centenas de voluntários que apoiaram a Fundação, particularmente no Peditório, a nossa campanha de angariação de fundos, que decorre anualmente a nível nacional.

c) O Conselho de Administração deseja deixar um agradecimento especial aos membros dos diversos Órgãos Institucionais da Fundação, nomeadamente o Conselho Geral, o Conselho Científico e o Conselho Fiscal, pelos esforços e dedicação a esta causa. Em particular, agradecemos aos Senhores Presidentes: Dr. Bernardo Ribeiro da Cunha, Prof. José Coucello e Dr. José Marques Ferreira, pelo seu empenho e valiosa contribuição.

d) Finalmente, o Conselho de Administração regista o seu agradecimento e reconhecimento ao esforço e empenho de todo o pessoal executivo da Fundação Portuguesa de Cardiologia, cuja atuação, a partir da Sede e das Delegações, foi essencial para a concretização de um vasto programa de atividades durante o ano de 2024.

Lisboa, 25 de agosto de 2025

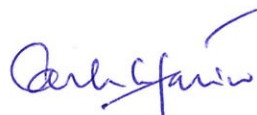

Prof. Manuel Oliveira Carrageta
Presidente


Dr. Carlos Morais
Vice-Presidente médico



Dr. José Barata Dias

Vice-Presidente não médico



Dr. Carlos Catarino

Vogal médico



Dr. Carlos Rabaçal

Vogal médico

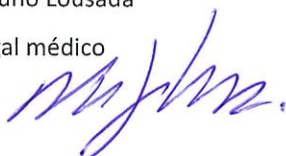


Dr. Nuno Bragança

Vogal médico

Dr. Nuno Lousada

Vogal médico



Dr. João Prates Rebano

Vogal não médico



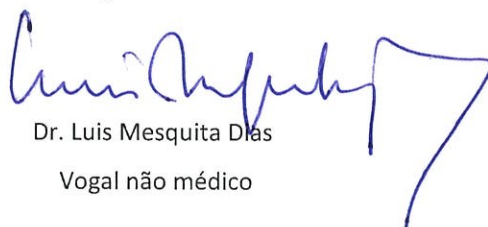
Profª Maria José Pinheiro

Vogal não médico



Dr. António Luís Rocha

Vogal não médico



Dr. Luís Mesquita Dias

Vogal não médico



Prof. José Coucello

Presidente da Delegação do Algarve



Dr. Domingos Francisco Ramos

Presidente da Delegação Centro



Dr. António Almada Cardoso

Presidente da Delegação da Madeira



Prof. João Lopes Gomes

Presidente da Delegação do Norte

Fundação Portuguesa de Cardiologia

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2024

31 de Março de 2025

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE GERAL

BALANÇO	3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	4
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
NOTA INTRODUTÓRIA	6
NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	6
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	6
3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO	6
3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE	7
3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO	7
3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO	7
3.1.5. - COMPENSAÇÃO.....	7
3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA.....	8
3.2.– POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO	8
3.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	8
3.2.2. – ATIVOS INTANGÍVEIS	9
3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	9
3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	10
3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO.....	10
3.2.12. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	11
3.3 – OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES	11
3.4 – JUÍZOS DE VALOR	11
3.5 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.	12
3.6 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS.....	12
NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.	12
4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NCRF-PE COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:.....	12
4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.	12
4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.....	12
4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES	12
4.5 – FLUXOS DE CAIXA	13
NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	13
NOTA 6. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	13
NOTA 7. RÉDITO	14
NOTA 8. SUBSIDIOS.....	14
NOTA 9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	14
NOTA 10. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS	15
NOTA 11. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	16

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

BALANÇO

FUNDAÇÃO PORTUGUESA DE CARDIOLOGIA

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2024 (1)	31/12/2023 (2)
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	85 928,08	88 982,25
Ativos intangíveis		4 987,98	4 987,98
Investimentos financeiros		491,29	491,29
Accionistas/sócios		-	
		91 407,35	94 461,52
Ativo corrente:			
Clientes		9 803,10	21 248,25
Estado e outros entes públicos		2 310,96	38,38
Outras créditos a receber	15	36 333,23	69 436,03
Diferimentos		2 610,99	3 308,89
Outros ativos financeiros		40 000,00	40 000,00
Caixa e depósitos bancários	4	831 884,11	929 308,95
		922 942,39	1 063 340,50
Total do Ativo		1 014 349,74	1 157 802,02
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos Patrimoniais		109 280,76	109 280,76
Outras reservas		1 000,00	1 000,00
Resultados transitados		946 399,78	1 020 149,07
Resultado líquido do período		(141 354,94)	(73 749,29)
Total dos Fundos Patrimoniais		915 325,60	1 056 680,54
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	15	3 523,69	6 468,97
Estado e outros entes públicos		27 050,62	28 867,19
Outros passivos correntes	15	68 449,83	65 785,32
		99 024,14	101 121,48
Total do Passivo		99 024,14	101 121,48
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1 014 349,74	1 157 802,02

O Contabilista Certificado N.º 57082

A Direção

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FUNDAÇÃO PORTUGUESA DE CARDIOLOGIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2024 (1)	31/12/2023 (2)
Subsídios à exploração	12	225 343,07	255 371,15
Fornecimentos e serviços externos	17	(206 396,28)	(162 027,34)
Gastos com o pessoal	16	(147 636,15)	(143 998,11)
Outros rendimentos		13 128,88	23,96
Outros gastos		(22 737,79)	(20 064,78)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(138 298,27)	(70 695,12)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(3 054,17)	(3 054,17)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(141 352,44)	(73 749,29)
Juros e gastos similares suportados		(2,50)	-
Resultado antes de impostos (EBT)		(141 354,94)	(73 749,29)
Resultado líquido do período		(141 354,94)	(73 749,29)
O Contabilista Certificado Nº 57082			A Direção

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de Dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Portuguesa de Cardiologia, pessoa coletiva n.º 500 936 994, com sede na Rua Joaquim António de Aguiar, nº 64 – 2º, Lisboa, Portugal, tendo sido constituída em 27 de Novembro de 1979, tendo como finalidade a promoção da saúde cardiovascular o tratamento e a reabilitação de doentes cardíacos, cujo código CAE é 86906. As Demonstrações Financeiras são expressas, monetariamente, em euros, salvo se indicado em contrário. A numeração não constante neste anexo não é aplicável a esta entidade.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo aprovada pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

2.2 - Não foram derrogadas quaisquer disposições da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade. Na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras anexas foram integralmente adotadas as disposições relevantes previstas na Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo, não existindo quaisquer derrogações

2.3 – Os critérios de reconhecimento e bases de mensuração adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras não sofreram alterações, pelo que não existem quaisquer restrições, ao nível de comparabilidade, entre as diferentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, ou seja, o conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de a entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que a atividade tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.– POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de cálculo linear (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método de cálculo linear (quotas constantes), de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Edifícios e outras construções	-	10 a 50 anos
Equipamento básico	-	7 a 20 anos
Equipamento de transporte	-	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	-	4 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	-	4 a 14 anos

3.2.2. – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da entidade.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante em período de quatro anos (cinco anos para a segurança social=, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Os membros da entidade entendem que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras anexas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

Nos termos da legislação em vigor, a entidade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização das vendas, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.12. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência de a decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 – OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidências objetivas de imparidade, nomeadamente na qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.4 – JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

3.5 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.6 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NCRF-PE COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-ESNL.

4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

4.5 – FLUXOS DE CAIXA

A quantia escriturada e movimentos do período do caixa e depósitos bancários é a seguinte:

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	992,40	60 250,40	61 196,20	46,60
Depósitos à Ordem	378 316,55	818 503,94	914 982,98	281 837,51
Outros depósitos bancários	550 000,00	500 000,00	500 000,00	550 000,00
Total de caixa e depósitos bancários	929 308,95	1 378 754,34	1 476 179,18	831 884,11
Dos quais : Depósitos bancários no exterior				

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31/12/2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

Quantia escriturada e movimentos do período em activos fixos tangíveis

	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	TOTAL
1 Quantia Bruta Inicial	137 277,71	93 660,86	40 195,18	115 884,96	20 227,40	407 246,11
2 Depreciações acumuladas iniciais	48 883,47	93 660,86	40 195,18	116 390,58	20 227,40	319 357,49
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais						-
4 Quantia Líquida escriturada inicial (4=1-2-3)	88 394,24	-	-	588,01	(0,00)	92 036,42
5 Movimentos do período (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	(2 689,66)	-	-	(364,51)	-	(3 054,17)
5.1 Total das Adições	-	-	-	-	-	-
Aquisições em 1ª mão	-					-
Outras		-				-
5.2 Total das Diminuições	2 689,66	-	-	364,51	-	3 054,17
Depreciações	2 689,66			364,51	0,00	3 054,17
Alienações						-
Outras						-
6 Quantia Escriturada Final (6=4+5)	85 704,58	-	-	223,50	-	85 928,08
control						

NOTA 6. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31/12/2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, foi o seguinte:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

	Goodwill	TOTAL
1 Quantia Bruta Inicial	4 987,98	4 987,98
2 Perdas por imparidade acumuladas iniciais		-
3 Quantia Líquida escriturada inicial (3=1-2)	4 987,98	4 987,98
5 Amortizações acumuladas iniciais		-
7 Quantia líquida escriturada inicial (7=4-5-6)	-	-

NOTA 7. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2024 é detalhado conforme se segue:

	Valor
Juros	2,50
	2,50

NOTA 8.SUBSIDIOS

1.Subsídios do Governo e apoios do Governo

	Subsídios do Estado e outros ente públicos	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
3 Valor dos reembolsos no período respeitante a: (3=3.1+3.2)	225 343,07	225 343,07
3.2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	225 343,07	225 343,07
4 TOTAL (4=1+2-3)	225 343,07	225 343,07

NOTA 9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

	Mensurados ao custo
Ativos Financeiros:	36 333,23
Outras créditos a receber	36 333,23
Passivos Financeiros:	71 973,52
Fornecedores	3 523,69
Outros passivos correntes	68 449,83

NOTA 10. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 8 pessoas.

	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	8	11 713
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	8	11 713
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	0	
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	8	11 713
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	0	0
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	3	2 175
Mulheres	5	9 538

A repartição dos gastos com o pessoal no decorrer do exercício foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	Valor
Gastos com pessoal	147 636,15
Remunerações do pessoal	122 468,51
Indeminizações	56,67
Encargos sobre remunerações	23 046,28
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 595,81
Outros gastos com pessoal	468,88
Dos quais:	
Medicina no trabalho	468,88

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

NOTA 11. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Atividades Económicas		
	Atividade CAE	Total
4 Fornecimentos e serviços externos	206 396,28	206 396,28
7 Numero médio de pessoas ao serviço	7,00	7,00
8 Gastos com pessoal (8=8.1+8.2)	147 579,48	147 579,48
8.1 Remunerações	122 468,51	122 468,51
8.2 Outros (inclui pensões)	25 110,97	25 110,97
9 Activos fixos tangíveis		
9.1 Quantia escriturada líquida final	85 928,08	85 928,08
9.2 Total das aquisições	0,00	0,00
9.3 Das quais: em edifícios e outras construções	0,00	0,00

Mercados Geográficos		
	Interno	Total
1 Vendas		0,00
2 Prestações de Serviço		0,00
3 Compras		0,00
4 Fornecimentos e serviços externos	206 396,28	206 396,28
5 Aquisições de activos fixos tangíveis	0,00	0,00

O CONTABILISTA CERTIFICADO Nº 57 082

A DIREÇÃO

Assinado por: **Maria João Moreira Alves Serra Afonso**
Num. de Identificação: 10115449
Data: 2025.06.20 12:06:15+01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 57082**



PARECER DA CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO
EXERCÍCIO DE 2024
DA
FUNDAÇÃO PORTUGUESA DE CARDIOLOGIA

Dando cumprimento às disposições estatutárias estipuladas no artigo 31º, alínea c, dos Estatutos, tem este Conselho de analisar e dar parecer sobre o Relatório e Contas que lhe foi endereçado pelo Conselho de Administração referente ao exercício de 2024.

Congratulamos com as atividades da Fundação efetuadas ao longo do ano, e partilhamos a ideia que mais não foi feito por falta de recursos humanos e financeiros. Igualmente estamos muito atentos aos esforços que a Comissão Executiva tem desenvolvido para encontrar uma nova Sede que não tenha custos tão exorbitantes, mas custa-nos a entender que a Camara Municipal de Lisboa ainda não tenha dado provimento ao pedido solicitado pela Fundação, entidade que trabalha para uma melhor saúde dos portugueses, sem apoios oficiais.

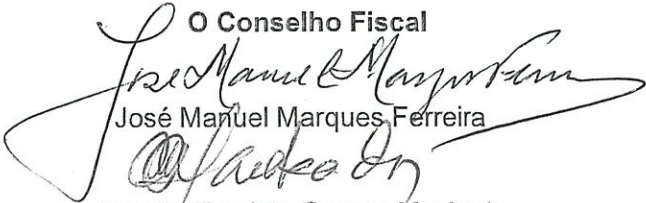
Por fim, está este Conselho Fiscal muito apreensivo pela contínua incapacidade da Fundação de obter receitas que consigam equilibrar os custos anuais. Esta situação tem de ser revertida de modo a que a atividade da Fundação possa perdurar por muitos e longos anos. Diminuir os custos operativos não será a via a explorar (retirando os custos do espaço da Sede) pois será difícil reduzir muito mais os custos fixos, por isso repensar a Fundação poderá ser um exercício que tenha de ser feito para ultrapassar esta difícil situação.

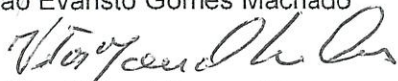
Relativamente às Contas da Fundação, teve este Conselho várias reuniões com a firma que assegura a nossa contabilidade para se certificar da exatidão das contas, além de um acompanhamento contínuo das políticas contabilísticas adotadas. Igualmente procedemos numa base de amostragem ao suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras

Por todo o exposto este Conselho, dá parecer favorável ao Relatório e Contas do exercício de 2024, que regista um prejuízo de € 141.354,94, e recomenda a sua aprovação pelo Conselho Geral, por entender que o Balanço e a Demonstração de Resultados traduzem com fidelidade a situação patrimonial referente a 31/12/2024 e a Demonstração de Resultados do ano.

Por fim este Conselho expressa a sua satisfação pelo privilégio que teve em continuar a colaborar na Fundação, e aproveita a oportunidade, para agradecer toda a colaboração prestada pela Comissão Executiva bem como todo o pessoal, e manifestar o nosso apreço pelo empenho, dedicação e entusiasmo que a Fundação tem manifestado com vista a atingir os objetivos a que se propôs.

Lisboa, 26 de Maio de 2025

O Conselho Fiscal

José Manuel Marques Ferreira

Fernão Evaristo Gomes Machado

Victor Manuel Soares Dias

SEDE

Telefone: 213 815 000

Email: fpcardio@fpcardiologia.pt

Morada: Avenida João XXI, nº14 A,
1000-302 Lisboa

DELEGAÇÃO ALGARVE

Telefone: 289 828 828

Email: fpc.algarve@gmail.com

Morada: Rua Teresa Ramalho Ortigão, nº86 A e nº86 B
8000-312 Faro

DELEGAÇÃO CENTRO

Telefone: 239 838 598

Email: fpc-centro@netcabo.pt

Morada: travessa dos Combatentes, Mercado do Calhabé, loja 13
3030-182 Coimbra

DELEGAÇÃO MADEIRA

Telefone: 291 143 450

Email: fpcardioamadeira@gmail.com

Morada: Avenida Luís Camões. Bairro do Hospital, Bloco 13 – r/c
Núcleo de Associações – Gabinete 4
9000-180 Funchal

DELEGAÇÃO NORTE

Telefone: 222 038 082

Email: fpcardio.norte@gmail.com

Morada: Rua da Torrinha, nº254 – Loja E
4000-610 Porto